

Que ensino para a Filosofia?

Separata da Revista «INSVLANA»
Ponta Delgada
1991

Que ensino para a Filosofia? (*)

pelo Dr. José Luís Brandão da Luz **

Levantar o problema do ensino da filosofia envolve, simultaneamente, uma certa compreensão do que é a filosofia e a exigência de procurar tornar claro o seu sentido.

Se esta questão sempre resiste a todas as abordagens, é porque, como nos diz Heidegger, a vastidão do tema arrasta consigo a sua indefinição, de tal maneira que, no termo dos percursos mais diversos «sempre alcançaremos qualquer coisa de acertado»¹.

No entanto, até para não correremos o risco da dispersão, iremos procurar definir o nosso campo de reflexão, o que pretendemos fazer com o auxílio de alguns pensadores do passado, sem que tal procedimento nos encerre nos limites de uma história da filosofia e, menos ainda, de uma história das ideias.

* Comunicação apresentada no Colóquio *Filosofia e História da Filosofia*, organizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em Abril de 1989.

** Da Universidade dos Açores.

¹ «Qu'est ce que la philosophie?». *Questions II*, Paris, Gallimard, 1981, p. 11.

1. Nascida de um esforço para organizar uma reflexão sobre a ordem da natureza e da conduta humana, a filosofia cedo se afirma na história do pensamento ocidental como a consciência de um não-saber: «só sei que nada sei!», teria afirmado Sócrates.

Se, nestas suas origens um tanto legendárias, o saber filosófico se expressa numa formulação de sabor nitidamente céptico, será com a intenção de preparar o espírito para um saber universal, liberto das preocupações que envolviam as controvérsias dos sofistas, mais empenhados no treino da técnica da persuasão, do que no conhecimento da verdade. A filosofia constitui-se assim como uma análise reflexiva que, não se fixando nos aspectos circunstanciais que envolvem o homem, tem por objecto a totalidade do real, o que Aristóteles não deixou de tornar explícito ao conceber «o filósofo como possuindo, na medida do possível, o conhecimento de todas as coisas, sem, no entanto, possuir a ciência de cada uma delas em particular»².

Atravessando toda a Idade Média, esta concepção aristotélica de identificar a filosofia a um saber universal encontra-se ainda bem viva no século XVII onde, na carta-prefácio à tradução dos *Princípios*, Descartes a compara com uma árvore, «cujas raízes são a metafísica, o tronco é a física e os ramos que saem desse tronco são todas as outras ciências»³.

O progressivo desenvolvimento que as ciências alcançaram, e que levou à constituição da física, no século XVII, com Galileu e Newton, da química, no século XVIII, com

² *Met.*, A, 2, 982a 7-9.

³ *Oeuvres de Descartes*, IX-2, Adam e Tannery, Paris, Vrin, p. 14 (designada por A. T.).

Lavoisier, da biologia, no século XIX, com Lamarck e Darwin, assim como da sociologia, na mesma época, com Augusto Comte, e da psicologia e da lógica que, no nosso século, conquistaram a sua autonomia, acabou por produzir uma certa transformação nesta concepção, no seguimento das mudanças que ocorreram no domínio da ciência.

A crescente partilha do saber, pelo aparecimento de novas ciências, circunscreve cada vez mais a universalidade que a filosofia detinha, o que teria suscitado uma certa reserva na dimensão globalizante do conhecimento filosófico, face ao poder de uma ciência em vias de acabamento, detentora de um conhecimento seguro, definitivo e progressivo. Em certos sectores, toma-se mesmo desprovido de sentido qualquer interrogação sobre a verdade, fora dos sistemas de enunciados que as várias ciências constroem, e toda a problemática relativa ao conhecimento só tem significado a partir da dinâmica da própria pesquisa científica.

No entanto, com a constituição das várias ciências positivas, o saber filosófico não ficou esvaziado do seu conteúdo, nem se transformou num mero reflexo das mudanças verificadas no aprofundamento do universo. Tal como a partir de Kant se torna muito claro, a filosofia, evoluindo com as transformações ocorridas no domínio da ciência, constitui-se como uma reflexão sobre os juízos científicos e morais, num esforço de procurar o fundamento ou as condições últimas da sua possibilidade. A filosofia, como insiste Ladrière, corresponde ao dinamismo natural da razão humana, que dissolve todas as instâncias fundadoras das várias ciências constituídas, e só «começa a partir do momento em que o pensamento

se torna capaz de explicitar a dimensão universal como vida absoluta»⁴.

Enquanto que a ciência dispõe de um sistema de dados e assenta num tipo de construção, que conseguem o acordo entre os espíritos, os filósofos, como já Kant lamentava, discutem sem se convencerem. É que os problemas filosóficos não são da mesma natureza dos problemas das diversas ciências. E muito embora não se possa considerar o conjunto das práticas científicas uma realidade homogénea, o certo é que a inteligibilidade que cada uma delas consegue atingir no seu domínio se encontra definida pela sua própria constituição. Ou seja, os seus objectivos teóricos e o seu campo de exercício encontram-se previamente delimitados, o que torna possível definir de antemão a sua problemática e controlar o seu esclarecimento.

No domínio da filosofia a situação é diferente e os problemas não podem ser delimitados e equacionados, segundo o modelo das ciências. A filosofia não se propõe resolver directamente qualquer problema de ordem objectiva, entrando assim num domínio para o qual não se encontra devidamente apetrechada com os meios que a ciência dispõe. Mas, a sua presença faz-se sentir a partir do momento em que, recorrendo mais uma vez a Ladrière, «se anuncia, pouco a pouco, a perspectiva de um saber que não será mais saber regional, ou das formas ou da natureza ou da acção, mas saber verdadeiramente universal, isto é, saber da totalidade, não no sentido de um sistema que englobasse todos os conheci-

⁴ *A articulação do sentido*, trad. e pref. de Salma Muchail, São Paulo, EPU — Ed. Universidade de São Paulo, 1977, p. 180.

mentos, mas no sentido de uma apreensão dos fundamentos universais»⁵.

O pensamento filosófico assume o esforço que o leva a procurar coincidir com a constituição absoluta de todos os fenómenos, de todas as significações e de todos os procedimentos que as diversas ciências realizam.

A reflexão epistemológica, que a investigação científica suscita, procura estabelecer os pressupostos iminentes aos desenvolvimentos da própria actividade científica. Esta análise constitui sempre uma exigência de natureza crítica, quer se limite a privilegiar apenas a subordinação aos fenómenos empiricamente reproduzíveis, ou a estabelecer as trajectórias das proposições a partir de uma articulação de carácter lógico-matemático, ou ainda, fazendo apelo para uma terceira dimensão, se envolva numa «análise temática da ciência», como propõe Holton, ou paradigmática, ou mesmo psicogenética, como propõem outros autores. Por outras palavras, existe sempre a preocupação de estabelecer a legitimação da sua forma de proceder e de discernir os princípios e os fundamentos da sua pesquisa.

Neste sentido a filosofia constitui uma reflexão do segundo grau. Ela é um pensamento segundo, não sobre os problemas que absorvem a ciência do seu tempo, como se a filosofia alimentasse a ilusão de sobre eles estabelecer uma metaciência, mas um pensamento que nasce da reacção do espírito, movido por um empenhamento radical de fundamentação última. E, embora a filosofia se transforme no seguimento das mudanças ocorridas no domínio da ciência, ela não deixará de introduzir uma certa dissolução na racionalidade organizada por uma reflexão epistemológica sobre a ciência.

⁵ *Ibid.*, p. 181.

O dinamismo que leva da ciência à lógica e à epistemologia não se detém em face da compreensão que essas disciplinas alcançam, mas visa um horizonte de elucidação ontológico onde as questões sobre a verdade e o ser conferem aos enunciados a sua verdadeira dimensão.

Assim, embora tradicionalmente o discurso filosófico se organize num conjunto diversificado de disciplinas, como a lógica, a epistemologia, a teoria do conhecimento, a metafísica, etc., ele não é suficientemente caracterizado por nenhuma delas. Pelo contrário, ele tira do seu próprio processo constitutivo a marca da sua natureza, caracterizada pela passagem da ilusão de um saber que ignora os seus próprios limites à lucidez socrática de um não-saber.

Deste modo, o ensino da filosofia, mais do que o ensino de uma disciplina ou de um conjunto de questões ou soluções, define-se fundamentalmente em função de uma orientação que procura formar uma atitude filosófica face às questões que preocupam o homem no seu tempo. É um ensino que não se limita ao programa de nenhuma das disciplinas sistemáticas, mas que tem um desenvolvimento filosófico.

2. Para poder responder às exigências de natureza formativa, o ensino da filosofia não é susceptível de se transformar numa simples exposição narrativa de sistemas ou de doutrinas que se foram elaborando ao longo dos tempos. Tão pouco se harmoniza com as tentativas de circunscrevê-lo às preocupações mais vivamente agitadas que regularmente dominam a opinião pública. Ser capaz de pensar o seu tempo exige um esforço de aprendizagem, que não se pode limitar à simples divulgação da pluralidade de opiniões que emergem dos confrontos sociais

e constituem o material valorizado pela divulgação jornalística.

As questões que alimentam o discurso filosófico nem sempre são aquelas que mais insistentemente animam a vida social dos nossos dias. Pelo contrário, é no distanciamento ou no recuo do imediatamente vivido que se estabelecem as condições que tornam possível um discurso filosófico novo e sem deixar de estar aberto às solicitações do mundo contemporâneo.

Ao sujeitar os problemas da actualidade à experiência do pensamento, introduz-se neles uma dimensão que deriva, não só da sua inserção na perspectiva cultural que os solicitou, mas também da convicção de que é recuando na memória do presente, tão longe quanto a nossa lucidez o permite, que encontramos o modo mais autêntico de pensar o nosso tempo. Não que com esta atitude se pretenda o refúgio no prestígio do passado, em detrimento das solicitações do presente. O olhar da tradição, ao permitir a inserção dos acontecimentos presentes num campo mais vasto de inteligibilidade, torna possível recusar a absolutização do panorama dos acontecimentos em curso, ao mesmo tempo que promove no sujeito o desenvolvimento de um espírito crítico, que o liberta de uma visão do presente, como uma simples superação das insuficiências de teorias anteriores, e do futuro, como o seu inevitável aprofundamento.

A atitude que caracteriza a pesquisa filosófica, como aliás também define o próprio espírito da investigação científica, encontra a sua verdadeira expressão no distanciamento do presente, ou seja, na análise crítica da sua ordem de razões. Se os primitivos géometras, como Euclides e Arquimedes, foram conduzidos a codificar o conhecimento geométrico existente, organizando a sua exposição, segundo uma forma demonstrativa, própria de

um sistema dedutivo, seria naturalmente para ir ao encontro de exigências que ultrapassavam as preocupações dos *medidores da terra* do antigo Egipto, encarregados da sua redistribuição após as enchentes do Nilo. Semelhante actividade, que se costuma colocar na origem do aparecimento da geometria, situa-se no prolongamento de uma rotina que ciclicamente se repetia, a fim de repor a ordem primitiva. Se esta actividade, que possivelmente se contentaria com resultados aproximados, não tivesse despertado outro tipo de exigências, ter-se-ia naturalmente conservado até hoje, como uma prática ritual que regularmente absorvia a acção do homem. Mas, não! O ideal de sistematização dedutiva conduziu autores como Euclides e Arquimedes a formularem, através da especulação e independentemente de qualquer interesse de ordem prática, um sistema de enunciados que lhes permitia garantir a validade dos teoremas em função da sua subordinação à suposta verdade dos princípios.

Já Platão, no livro IV da *República*, contrapunha as preocupações utilitárias dos antigos egípcios e fenícios, movidas pelo interesse do ganho, à curiosidade desinteressada dos gregos. Sem entrar na apreciação do significado da originalidade da sobedoria grega face ao que começamos a saber hoje sobre a estrutura do conhecimento científico das próprias civilizações pré-clássicas, é elucidativo verificar como, logo desde os seus começos, a reflexão filosófica enuncia a preocupação de fazer derivar as respostas às observações sugeridas pelos problemas práticos de um procedimento que tem como base uma regra geral, a que se chegou por uma reflexão desinteressada, isto é, liberta de preocupações utilitárias, mas tendo em vista apenas uma explicação de natureza racional. É transcendendo as exigências práticas do presente, imediatamente útil, e do evidente, na direcção de

uma reflexão sobre os princípios que legitimam as proposições, que substituímos as evidências práticas e intuitivas, por um procedimento que apenas se satisfaz com o rigor da demonstração.

O ensino de qualquer disciplina segue esta orientação, de justificar cada passo do seu discurso pela remissão aos princípios que os legitimam. Assim também, o ensino da filosofia não se poderá jamais conceber como uma mera vulgarização dos problemas que atingem e absorvem a curiosidade dos homens do nosso tempo, sejam eles sociais, políticos, científicos ou outros. Sem deixar de reconhecer a importância que algumas dessas questões revestem como objectos privilegiados da reflexão filosófica, esta não se define em função do que é útil ou atraente aqui e agora, mas pela capacidade de recuperar a memória do tempo presente e de libertá-lo da fugacidade das limitações do instante que passa.

O ensino da filosofia toma como regra este distanciamento interior que o pensamento provoca. Ele assume-se como uma vinculação às exigências do próprio pensamento de em tudo seguir a ordem das razões, com a preocupação de, como denunciava Descartes, não aumentar o grupo «daqueles que, julgando-se mais hábeis do que são, não conseguem impedir a precipitação dos seus juízos, nem têm a paciência bastante para conduzirem por ordem todos os seus pensamentos»⁶.

3. Simultaneamente tributário de uma tradição, que as obras dos grandes filósofos representam, e criador de uma cultura integradora dos grandes temas da actualidade, o pensamento filosófico orienta-se sob o duplo

⁶ *Discours de la méthode*. A. T., VI, p. 15.

olhar da tradição e da actualidade, ciente da importância que as obras dos grandes filósofos do passado representam para instruir e revigorar as questões que se colocam no nosso tempo.

Não se trata de procurar nos filósofos do passado as soluções para os problemas que actualmente nos preocupam, ou de fazer reviver todo um passado histórico para seguir sem o confrontar! A referência aos grandes textos e temas do passado não visa apenas conhecer as suas teorias e ideias, através da reconstituição da época em que viveram os seus autores, como se de uma documentação histórica se tratasse. Pelo contrário, o valor dos grandes textos deriva da capacidade que eles possuem de nos colocarem perante questões já esquecidas, ou não suficientemente compreendidas, e que por isso ainda permanecem vivas. A sua actualidade deriva da capacidade que eles possuem para dotar o nosso espírito dos quesitos indispensáveis para um pensamento filosófico, liberto da estreiteza e da fugacidade a que seria conduzido, se apenas se limitasse ao impacto do presente. O que confere actualidade a estas obras são as questões que mantêm ainda o pensamento vivo e que não se deixam encerrar nos limites particulares de uma época que já não vivemos. Mais do que as soluções, são os problemas que tornam nossos contemporâneos os grandes filósofos do passado.

Como a própria filosofia, o seu ensino mostra-se inseparável de uma meditação em que o pensamento se submete à sua própria crítica, afastando a tentação de um saber que se encerrasse nos limites imediatos das representações que possui, ou que se transformasse, então, numa mera exploração de efeitos linguísticos, que tira todo o seu valor, exclusivamente, da plasticidade de sentido que certos conceitos possuem.

O facto de certas noções poderem servir de suporte a muitas outras permite embalar o discurso, subtraindo-o às exigências de sobriedade, próprias de uma pesquisa que procura a compreensão das questões que o homem vai insistentemente formulando. Constitui tarefa da filosofia preocupar-se com a precisão da linguagem que possibilita, não só tornar explícitas as interrogações em que se dissolvem as evidências imediatas, próprias de um saber natural, mas, simultaneamente, controlar os passos dados no seu esclarecimento, organizando-os conforme imperativos que decorrem da precisão da linguagem e do método, evitando flutuações verbalistas e de percurso.

A familiaridade com os textos filosóficos, para além de nos afastar do caminho de uma reflexão ingénua e de uma improvisação, ao sabor das ocorrências do presente, constitui o recuo necessário que possibilita ao pensamento o seu amadurecimento.

O exame e a refutação das perspectivas, que ao longo dos tempos se constituíram à volta de um determinado problema, representa um processo, já bastante valorizado por Aristóteles, para desbravar o caminho que prepara o espírito para se aperceber, intuitivamente, dos princípios sobre que assenta a resolução de uma determinada questão. Além do mais, o estudo das obras dos filósofos permite satisfazer exigências estritamente pedagógicas, constituindo uma preparação indispensável do trabalho filosófico. Estudar um texto é esforçar-se por acompanhar os diversos momentos que determinam o seu desenvolvimento; é aprender a reconhecer o seu andamento próprio, feito de conexões que se estabelecem entre as conclusões precedentes e os desenvolvimentos posteriores; é familiarizar-se com a articulação dos conceitos e a explicação das teorias por um processo lógico de análise.

Eles são um meio indispensável para despertar a preocupação do domínio da linguagem, realçar a importância da organização metódica do discurso, promover o hábito de, como preconiza Descartes, decompor as dificuldades e proceder por ordem na sua resolução. Ao mesmo tempo, eles colocam em evidência o valor do recuo histórico, que permite estabelecer comparações, pôr em destaque convergências e diferenças, estabelecendo assim as condições para a formação de um espírito crítico, desperto para as exigências de ponderação das suas afirmações e das suas negações.

O uso do texto no ensino da filosofia não tem por objectivo encerrar o espírito nas doutrinas mais representativas da história da filosofia. O estudo dos textos filosóficos não constitui um fim em si mesmo, pois a inquietação dos homens não se deixa sustentar com o conhecimento das propostas que os filósofos iam adiantando para as questões que os preocupavam. Não se trata de inventariar o seu pensamento para, em conformidade, ficarmos a saber *o que* podemos ou devemos pensar. Pelo contrário, o diálogo com os autores da história da filosofia poderá ser um momento essencial em que assenta a iniciação e o desenvolvimento da experiência do pensamento filosófico que, longe de se achar justificado pela erudição que o conhecimento da tradição poderá proporcionar, se encontra antes solicitado pelas exigências que uma atitude filosófica impõe.

Tratar os textos dos filósofos como se fossem documentos históricos seria perder de vista o projecto que sustenta e tornou universais as grandes obras do pensamento filosófico. A sua utilização não tem por finalidade suscitar a adesão ou provocar a recusa do valor das ideias e das doutrinas, desencadeando assim uma atitude de seguidismo ou de ruptura. A capacidade que ainda

hoje esses textos possuem para nos instruírem encontra-se, menos no ajustamento das soluções que propõem do que na revelação de uma problemática que ainda nos preocupa ou que o nosso tempo esqueceu, mas que os grandes textos ajudaram a descobrir e a reformular. Por outras palavras, e como Ferrater Mora não deixou de advertir, haverá que atender para a natureza peculiar da própria filosofia, visando fundamentalmente, não tanto os assuntos sobre que incide o seu discurso, mas antes o «modo de ver» ou de encarar essas questões⁷.

O fim em vista, mais do que informativo, é essencialmente formativo. Ele visa, no contacto com os grandes textos, fazer reviver a experiência que faz nascer e que alimenta uma atitude filosófica. O filósofo, lembra Ortega Gasset, não conhece de antemão o seu objectivo, tal como o matemático e o físico que, à partida, estão de posse da sua extensão e dos seus atributos essenciais. Ao contrário das ciências, «o objecto da filosofia como tal é precisamente o que não pode ser dado; porque é tudo, e porque não é dado, terá que ser num sentido muito essencial o *buscado*, o permanentemente buscado»⁸. Enquanto que o conhecimento científico, como já Kant reconhecia, consegue congrega no seu domínio o consenso sobre o resultado das investigações, a filosofia, no dizer de Jaspers, «não se encontra nunca num explicitável ter-ficado-ciente». Por isso, e para além dos desvios que o dogmatismo constitui, «é a demanda da verdade e não a sua posse que constitui a essência da filosofia»⁹.

⁷ Cf. *La filosofía actual*, Madrid, Alianza Editorial, 119 e ss.

⁸ *Que és filosofia?. Obras Completas*, VII, Madrid, Ed. Revista de Occidente, 1969, p. 309.

⁹ *Iniciação filosófica*, Lisboa, Guimarães Ed., 1961, p. 14.

4. A perspectiva formadora que deve nortear o ensino da filosofia não pode ignorar a experiência que as meditações destes filósofos contemporâneos nos deixaram. Ao contrário da ciência, a filosofia não se define pelo saber que realiza, mas pelas interrogações que formula. Se, em geral, os procedimentos adoptados na investigação científica podem ser controlados pela definição dos seus objectos e pela aplicação de uma metodologia adequada, a reflexão filosófica não é susceptível de um tratamento semelhante.

Como Kant expõe na «Teoria transcendental do método», no final da sua *Crítica da razão pura*, os conceitos matemáticos, sendo apresentados pelas definições, são um ponto de partida inconcusso da construção da ciência, ao contrário do que acontece com a filosofia, onde a sua compreensão só se estabelece no final da reflexão. Assim, o procedimento adoptado nas ciências matemáticas não constitui um modelo para a filosofia, pois «que o geómetra, conforme o seu método, não pode construir na filosofia a não ser castelos de cartas; que o filósofo, com o seu, no domínio das matemáticas só pode suscitar palavreado»¹⁰.

Na ciência, a investigação conduz a resultados que favorecem uma visão do mundo cada vez mais ampliada e, até mesmo, uma maior eficácia no seu controle. Pelo contrário, no campo da filosofia esta linha de progresso é contrariada pela insistente reincidência nas mesmas questões e pelo reavivar das mesmas perplexidades. Assim, é na medida em que os problemas se revelam questionáveis que os distinguimos das interrogações não

¹⁰ Trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Morujão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 588.

filosóficas. A atitude filosófica não se reconhece em função da quantidade de questões que se formulam, nem mesmo do grau de racionalidade que elas possam possuir, mas antes pelo teor socrático da própria interrogação, isto é, pela recusa de se refugiar em algo que não seja a própria interrogação. Neste sentido se compreende o ponto de vista de Jaspers, ao afastar qualquer outra definição da filosofia a não ser a que a concebe como «a marcha do pensamento vivo e a consciência desse pensamento (reflexão), isto é, o acto e o respectivo comentário»¹¹. Pelo que só nos apercebemos do seu significado a partir do modo como ele se realiza, o que pressupõe um esforço de cada um, ou seja, ainda na expressão de Jaspers, «uma tentativa pessoal».

Daí o valor dos textos filosóficos no ensino da filosofia. A relação que com eles se estabelece supõe uma atitude que seja filosófica, isto é, que em lugar de os transformar num corpo doutrinário a que nos referimos para saber o que pensar sobre um determinado problema, atente fundamentalmente nas inquietações que neles transparecem. O ensino da filosofia que absolutize os autores, dilatando as suas teorias para além dos limites culturais que as envolveram, não deixa de constituir uma perversão, que visa transformar em ponto de chegada uma experiência que apenas pode constituir o início de novas interrogações.

Se, na sua fase inicial, o ensino da filosofia pode deparar com certas dificuldades para se assumir criticamente, isso não poderá servir de justificação para que se perca de vista a necessidade de promover nos alunos a formação de uma atitude filosófica. A partir dos pri-

¹¹ *Ibid.*

meios esforços de iniciar os alunos numa nova visão do mundo é importante desenvolver uma aprendizagem que, baseada num trabalho de explicação e de elucidação conceptual, os introduza de imediato nas exigências de uma tarefa especificamente filosófica. Estamos em crer que uma das vias principais que possibilita esse acesso será a que, com o apoio dos textos dos filósofos, se propõe refazer os caminhos que conduzem à elaboração de uma problemática e à elucidação que se vai conseguindo à medida que o decurso se elabora.

Deste modo, não julgamos defensável um ensino da filosofia que, mais atento à transmissão das opiniões e das representações dos filósofos do passado, coloque em primeiro plano dos seus objectivos a preocupação em determinar a actividade intelectual dos alunos, em lugar de robustecer a sua capacidade de julgar. São as questões subjacentes às elaborações filosóficas que os grandes textos nos legaram, são as dificuldades em equacioná-las e, ao mesmo tempo, em esclarecer a estrutura conceptual que eles colocam em jogo que, em nosso entender, tornarão possível um ensino da filosofia, assente na preocupação de criar nos alunos as condições para uma «tentativa pessoal», afastando assim a tentação de transmitir um saber constituído a que seria preciso juntar adeptos.